

clárou que a culpa da violência não pode ser depositada num só fator. Na opinião dela os fatores se combinam: um deles pode ser o "exagero do senso do prazer" que é estimulado pelos meios de comunicação social; outro a propaganda de violência "que gera medo e mais violência". Baseada nisso, ela disse acreditar que, a curto prazo, é praticamente impossível cortar a roda da violência e baixar o índice de criminalidade. Ao concluir disse que a Assistência antes do Julgamento, é princípio fundamental de Direitos Humanos, e que, as autoridades brasileiras caíram recentemente para tal fato. O Coordenador, Conselheiro JOÃO BENE DICTO AZEVEDO MARQUES, comentou as exposições ora mencionadas. E, pelo Presidente dos trabalhos, foi encerrada a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente do CNPCP e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente.

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

(Of. nº 109/88)

## SECRETARIA DE DIREITOS DA CIDADANIA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL  
Permanência definitiva indeferida

"Indefiro o pedido de permanência definitiva, por falta de amparo legal, de acordo com o artigo 38 da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, tendo em vista que o interessado não possui a condição de inexistente prevista no artigo 75, II, a, da referida Lei, já que seu casamento foi celebrado há menos de 05 (cinco) anos. Reporto-me ao Despacho DPE/261/88, da Consultoria Jurídica, constante do Processo nº 8378/82 e aprovado pelo Exmº Sr. Ministro da Justiça, em caráter normativo."

Processo nº 08460-0013.422/87/RJ - NIEVES MARIA SILVEIRA PINEYRO

EURÍPEDES CARVALHO PIMENTA

### Subsecretaria de Estrangeiros

#### Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHO DA ASSESSORA DO DIRETOR  
Permanências definitivas deferidas

PROCESSO Nº 08505-11.785/85 - NELLY FRANCISCA FLEITAS GONZALEZ  
PROCESSO Nº 08460-06.050/86 - ARTUR ALCINO LIMA NOGUEIRA, FERNANDA LEMOS FERREIRA NOGUEIRA, ARTUR EMANUEL FERREIRA NOGUEIRA, JOAQUIM MÁRCIO FERREIRA NOGUEIRA  
PROCESSO Nº 08505-19.726/86 - ELISEO RAUL ALVAREZ, ELISEO RAUL ALVAREZ, ALEJANDRO GONZALO ALVARES, GUILLERMINA CECÍLIA ALVAREZ  
PROCESSO Nº 08241-08.241/88 - WALID MARMOUD MANASRA  
PROCESSO Nº 08280-01.854/88 - ANTONIO PEREIRA GÓIS  
PROCESSO Nº 08280-02.011/87 - GERMAN CALDERON CALDERON  
PROCESSO Nº 08505-61/88 - MARIO LUIS TEJERINA VALLE  
PROCESSO Nº 08505-01.090/88 - MYUNG JONG LEE, SANG CHON LEE PARK, KUY HWA LEE, KYU JIN LEE, KYU YUN LEE  
PROCESSO Nº 08505-01.239/88 - MYRTA XIMENA DEL CARMEN VILCHES MACHUCA, MARIO FERNANDO DIAZ VILCHES  
PROCESSO Nº 08505-01.426/88 - ANTONIO ALCIDES LOUREIRO GOMES, AGUEDA DE DE JESUS POINHA DA SILVA, SANDRA DA SILVA GOMES, PAULO JORGE DA SILVA GOMES  
PROCESSO Nº 08505-01.469/88 - SHEN MENG FAI, SHEN LIANG YIEN HWA  
PROCESSO Nº 08505-01.675/88 - YOUNG CHUL OH, YOUNG SOON OH KWON, CHANG YOUNG OH, SU HEE OH  
PROCESSO Nº 08505-02.578/88 - BONG KUK CHANG, SO OCK CHANG YOON, EUN SIL CHANG, EUN HAE CHANG  
PROCESSO Nº 08505-03.273/88 - MYUNG KNOW KIM, SOON KOO KIM KANG, SO YUN KIM, SUNG JU KIM

MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES ESCOBAR BRUSSI

## Ministério da Fazenda

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 03 DE OUTUBRO DE 1988

O MINISTRO DE ESTADO da Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69 do Decreto nº 68.885, de 6 de junho de 1971, e tendo em vista o disposto no artigo 29 do Decreto nº 76.085, de 06 de agosto de 1975, resolve:

Nº 323- Art.1º Aprovar o Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que com esta baixa.

Art.2º As atribuições dos Procuradores da Fazenda Nacional são aquelas constantes dos artigos 15 e 16 do Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967, e outras contidas em legislação pertinente.

Art.3º O Capítulo V e os artigos 13 e 32 do Regimento aprova do pelo Decreto nº 63.335, de 30 de novembro de 1968, continuarão em vigor até expedição de regulamento próprio.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(Of. Nº 351/88)

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA

### REGIMENTO INTERNO

DA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

### CAPÍTULO I

#### Natureza e Finalidade

Art. 1º A Procuradoria-Geral Fazenda Nacional (PGFN), órgão jurídico do Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, e com jurisdição em todo o País, observado o disposto no Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais pertinentes, tem por finalidade:

I - apurar a liquidez e certeza, e inscrever, para fins de cobrança judicial, a Dívida Ativa da União, tributária ou de qualquer outra natureza e a Dívida Ativa do Fundo de Participação PIS/PASEP e, especialmente:

a) promover a cobrança, amigável ou judicial, da Dívida Ativa da União;

b) funcionar obrigatoriamente no oferecimento de elementos de fato e de direito, para elaboração da impugnação de embargos em execuções fiscais, bem assim para interposição de recursos e pronunciamentos em execução de sentenças;

c) solicitar às repartições competentes as providências cabíveis para sanar falhas ou irregularidades que verifiquem nos processos examinados para apuração da certeza e liquidez da Dívida Ativa da União;

d) promover, diretamente, junto a qualquer órgão da Administração Federal direta ou indireta, diligências para localização de devedores à Fazenda Nacional e apuração de bens penhoráveis;

e) fornecer certidões negativas ou positivas, quanto à Dívida Ativa da União inscrita;

f) cancelar a inscrição da Dívida Ativa da União, quando indevidamente feita, efetuando as necessárias comunicações; e

g) autorizar o parcelamento da Dívida Ativa da União inscrita, de acordo com a legislação pertinente;

II - exercer a representação judicial, nos casos estabelecidos em lei;

III - promover a propositura de ações e defender os interesses da Fazenda Nacional, na forma do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, especialmente em matéria fiscal;

IV - coligar elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devam ser prestadas, em mandados de segurança;

V - promover, junto ao Ministério Público, a propositura de procedimentos penais referentes a crimes contra a Fazenda Nacional;

VI - officiar, no interesse da Fazenda Nacional, aos órgãos do Judiciário e do Ministério Público;

VII - zelar pelos interesses da Fazenda Nacional em processos de falência, concordata, liquidação, inventário, e outros;

VIII - examinar ordens e sentenças judiciais e orientar o Ministro de Estado e as demais autoridades fazendárias quanto ao seu exato cumprimento;

IX - representar às autoridades competentes sobre matéria de interesse da Fazenda Nacional, propondo ou promovendo as medidas legais ou regulamentares e praticar quaisquer outros atos cabíveis para a defesa do mesmo interesse;

X - examinar, previamente, a legalidade dos contratos, concessões, acordos, ajustes ou convênios que interessem à Fazenda Nacional, inclusive os referentes à dívida pública externa, fiscalizar sua execução, e promover, quando for o caso, a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial, e, especialmente em relação:

a) aos contratos de empréstimo, garantia, contragarantia, aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil em que seja parte ou intervenha a União, no País ou no exterior, bem assim emitir pareceres, prévio e final, quanto à legalidade de tais contratos, com vistas à respectiva validade e execução; e

b) aos contratos em que seja parte a Fazenda Nacional, que interessem à receita ou que envolvam bens patrimoniais da União ou a concessão de favores fiscais; atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, e outros concernentes a imóveis do patrimônio da União; e a outros contratos a serem estipulados perante o Ministro de Estado e demais autoridades fazendárias;

XI - representar e defender os interesses da Fazenda Nacional:

a) nos contratos, acordos ou ajustes de natureza fiscal ou financeira, em que intervenha, ou seja parte, de um lado a União, e de outro o Distrito Federal, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, ou entidades estrangeiras, bem assim nos de concessões;

b) em contratos de empréstimo, garantia, contragarantia, aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil, em que seja parte ou intervenha a União;

c) junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais, aos Conselhos de Contribuintes, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, aos Conselhos Superior e Regionais do Trabalho Marítimo e em outros órgãos de deliberação coletiva;

d) nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação e outros concernentes a imóveis do patrimônio da União; junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, requerendo a matrícula, inscrição, transcrição ou averbação de títulos relativos a imóvel do patrimônio da União e, quando for o caso, manifestando recusa ou impossibilidade de atender à exigência do Oficial, bem assim a ele requerendo certidões no interesse do referido patrimônio; e, ainda, promovendo o registro de propriedades dos bens imóveis da União discriminados administrativamente, possuídos ou ocupados por órgãos da Administração Federal e por unidades militares, nas hipóteses previstas na legislação pertinente;